



Documento de Trabalho

Observador Rural

**Estrangeirização da terra, agronegócio e
campesinato no Brasil e em Moçambique**

Elizabeth Alice Clements e Bernardo Mançano Fernandes

**Nº 6
Maio de
2013**

O documento de trabalho (*Working Paper*) *OBSERVADOR RURAL* (OMR) é uma publicação do Observatório do Meio Rural. É uma publicação não periódica de distribuição institucional e individual. Também pode aceder-se ao *OBSERVADOR RURAL* no *site* do OMR (www.omrmz.org).

Os objectivos do *OBSERVADOR RURAL* são:

- Reflectir e promover a troca de opiniões sobre temas da actualidade moçambicana e assuntos internacionais.
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, de pesquisas e reflexões sobre temas relevantes do sector agrário e do meio rural.

O *OBSERVADOR RURAL* é um espaço de publicação destinado principalmente aos investigadores e técnicos que pesquisam, trabalham ou que tenham algum interesse pela área objecto do OMR. Podem ainda propor trabalhos para publicação outros cidadãos nacionais ou estrangeiros.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito ao Observatório do Meio Rural.

Os textos publicados no *OBSERVADOR RURAL* estão em forma de *draft*. Os autores agradecem contribuições para aprofundamento e correcções, para a melhoria do documento final,

Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e em Moçambique

Elizabeth Alice Clements¹
Bernardo Mançano Fernandes²

Resumo:

Na última década o processo de mundialização do capital intensificou a territorialização das corporações multinacionais em diversos países da África, Ásia e América Latina. Estas empresas têm comprado e ou arrendado terras para a produção de monocultivos agrícolas e agroenergia. Denominamos, neste artigo, como - estrangeirização de terras – considerando que cada vez mais, estas corporações ampliam seus controles territoriais ameaçando a soberania dos países. As populações camponesas e indígenas são as mais impactadas por megaprojetos de produção de monoculturas, seguido da criação de infraestruturas e logísticas que destróem seus territórios, expropriando-os e forçando a migração para outras áreas ou cidades. Vale salientar que essa intensificação é continuidade de um processo que está ocorrendo há mais de cinco séculos e em especial desde a metade do século passado.

Neste artigo, discutimos o Programa de cooperação brasileira e japonesa para o desenvolvimento agrícola do Cerrado – Prodecer, iniciado na década de 1980 e que está sendo replicado no Programa para o desenvolvimento da agricultura nas savanas tropicais em Moçambique - ProSAVANA. Refletimos sobre o processo de estrangeirização de terras como uma continuidade da grilagem de terras, denominação que no Brasil significa a apropriação de grandes extensões de terras por grupos poderosos de forma questionada. O sentido que damos a esta comparação é da grande quantidade de terras incorporadas pelas transnacionais que se utilizam de meios nem sempre lícitos para obtê-las. Para exemplificar este processo, demonstramos a grilagem de terras brasileiras em um contexto histórico e contemporâneo e denominamos as empresas brasileiras no exterior de brasileiros grileiros, por usarem os mesmos procedimentos para aquisição de terras em outros países da América Latina e África, que os usados pelas transnacionais no Brasil. Assim, o Brasil sofre e pratica a estrangeirização de terras.

Nosso foco central é uma leitura das relações Brasil – África e a evolução histórica recente das relações Brasil – Moçambique, para estudar o avanço do agronegócio brasileiro em Moçambique com destaque para o ProSAVANA.

¹ Elizabeth Alice Clements possui Graduação em Estudos Globais pela Vancouver Island University e é mestranda do Programa de Pós - Graduação em Geografia da UNESP, Campus de Presidente Prudente e pesquisadora do Núcleo de Pesquisa, Projetos e Estudos de Reforma Agrária (NERA). liz.clements87@gmail.com.

² Bernardo Mançano Fernandes é doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Professor Permanente do Programa de Pós - Graduação em Geografia da UNESP, Campus de Presidente Prudente, Coordenador da Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. bmfunesp@terra.com.br.

Introdução

Por causa das recentes crises mundiais de alimentos e energética, desde 2007-2008, aumentou a magnitude dos grandes investimentos em terras estrangeiras pelas corporações (trans) nacionais do agronegócio. Entre outubro de 2008 e setembro de 2009, estima-se que mais de 56 milhões de hectares de terra foram comprados ou arrendados no mundo, sendo que dois terços estão na África Sub-Sahariana (Deininger et al., 2011). Dados compilados no relatório do Banco Mundial de 2011, demonstram o crescente interesse global por terras e revelam que “a disponibilidade potencial de terras não cultivadas” no mundo, está concentrada na África Subsahariana, na América Latina e no Caribe (Deininger et al., 2011, p. XXXIV). É neste contexto que tanto o Brasil e Moçambique são vistos pelos potenciais investidores como “terra abundante”, sendo países com considerável capacidade de aumentar a produção através do uso intensivo dos territórios e da expansão das fronteiras agrícolas. No entanto, a crescente aquisição de terras provocou o aumento do preço no Brasil e na América Latina, o que tem feito com que empresas, incluindo agronegócios brasileiros, tendem a favorecer o investimento na África subsaariana, em países como Moçambique, onde a terra fértil é muito barata e vastas extensões podem ser arrendadas sob contratos de longo prazo (Mello, 2011; Oakland Institute 2011). O governo de Moçambique está entre os governos de países em desenvolvimento cúmplices na promoção de práticas estrangeirização de terras.

Optou por uma política de concessões para receber grandes investimentos estrangeiros em terras agrícolas, declarando ser esta uma forma de gerar receita ao Estado, reduzir a pobreza, proporcionar empregos, comida e segurança energética (Notícias, 2012; Borras et al., 2011). Entre 2004 e 2009, o País cedeu mais de 1 milhão de hectares em concessões a investidores estrangeiros (Oakland Institute, 2011).

No Brasil, sexta maior economia e segundo maior produtor agrícola do mundo, (Inman, 2012; Barbosa, 2011) a grilagem de terras é um processo histórico, iniciado em meados do século XIX, com a instituição da propriedade privada da terra e continua em curso, resultando na criação de um sistema altamente concentrado da propriedade da terra (Fernandes, 2000; Sauer e Leite, 2012). Hoje, o Brasil tem uma das estruturas fundiárias mais desiguais do mundo, com apenas 1,5 por cento dos proprietários de terras rurais efetivamente ocupando 52,6 por cento de todas as terras agrícolas (DATALUTA, 2012). Enraizada em um passado colonial marcado pela formação de latifúndios, a questão agrária brasileira tem mantido a tendência concentracionista a partir de diversas formas de grilagem e territorialização do agronegócio.

Com a modernização da agricultura no início da década de 1960, surgiram novos elementos da questão agrária. Formas antigas de exploração, como as “plantations” foram ampliadas com formas contemporâneas, que uniram os sistemas agropecuário com os sistemas industrial, mercantil, financeiro e tecnológico, formando o agronegócio. Com esta estrutura múltipla e multifacetada, o capital nacional e internacional se uniram para ampliar suas formas de inserção nos mercados locais, nacionais e global.

Este processo de ocupação estrangeira pelas corporações transnacionais e de diferentes tipos de capital desempenham papel central no processo de *commoditização* da agricultura. A soja e cana-de-açúcar tornaram-se as principais commodities no processo de modernização da agricultura e expansão da fronteira agrícola. Projetos de colonização liderados pelo Estado, como o Programa de cooperação brasileira e japonesa para o desenvolvimento agrícola do Cerrado - Prodecer – são exemplos de concentração de terras e promoção da expansão da propriedade da terra nas mãos de estrangeiros no Brasil (Inocêncio 2010).

O processo de grilagem - gerador da concentração fundiária - tem sido debatido pelo governo brasileiro, pelo agronegócio e movimentos camponeses. A questão são os impactos da expansão das commodities sob os territórios das populações camponesas. A territorialização do agronegócio sob as grandes propriedades também tem disputado territórios com os movimentos camponeses que lutam pelo acesso à terra através da reforma agrária. Esta questão ganhou nova conotação com o aumento de venda e arrendamento de terras para estrangeiros na última década. A questão agrária passou-se a ser também uma questão geopolítica (Fernandes, 2011). O teor do debate sobre a questão agrária e a estrangeirização da terra virou tema de soberania nacional. O governo tentou implementar formas de regulação que impedem a usurpação desenfreada de terras nacionais por empresas estrangeiras (Oliveira, 2010; Bancada do PT, 2012). Apesar da preocupação crescente em relação à propriedade estrangeira da terra, o Brasil tornou-se um ávido promotor de práticas de compra de terras no exterior. Por exemplo, desde a década de 1960, a partir do momento em que o Brasil intensificou as relações com a África até a primeira década do novo milênio, Moçambique que recebia poucos investimentos feitos pelo Brasil no continente, tornou-se “o epicentro de investimentos brasileiros na África” (Batista, 2012). Contando parcialmente com o apoio financeiro do Japão, o Brasil está atualmente no processo de exportação de seu modelo de capitalismo agrário para Moçambique, através do Programa para o desenvolvimento da agricultura nas savanas tropicais em Moçambique - ProSAVANA. Como projeto irmão do Prodecer, o ProSAVANA visa a modernização da agricultura no país através do transplante do modelo de expansão de commodities do cerrado brasileiro para as savanas moçambicanas.

Enquanto o ProSAVANA procura explicitamente “replicar” a experiência do modelo desenvolvimento agrícola do Prodecer, é fundamental observar que praticamente todos os impactos socioterritoriais decorrentes deste modelo permaneceram notavelmente ausentes da narrativa do ProSAVANA como tem sido, e continua a ser, apresentada por seus proponentes. Evidente que como nenhum modelo é perfeito, é preciso apresentar os problemas agrários do modelo que – por sua natureza - não contempla os territórios camponeses. Por causa disso, começa-se a levantar questões sobre se a replicação do 'modelo brasileiro' da agricultura capitalista no Corredor de Nacala em Moçambique irá - de fato - promover o desenvolvimento sustentável para reduzir a pobreza, garantir a segurança alimentar e a criação de empregos para a maioria dos moçambicanos, como as narrativas em ambos os países afirmam (Rangel, 2011; UNAC, 2012), especialmente tendo em conta que tais promessas da agricultura capitalista no Brasil permanecem por serem cumpridas (Oliveira, 2001).

O papel do Brasil nesse fenômeno relativamente recente e em rápida aceleração, apelidado “grilagem global” é o de ser simultaneamente um destinatário da compra e arrendamento de terras por estrangeiros e um promotor de tais práticas no continente latino-americano, no Paraguai e na Bolívia e agora em África, o que está sendo praticada pelo agronegócio brasileiro em Moçambique, através do ProSAVANA, que será o foco principal da análise deste artigo.

Grilagem de terras brasileiras em um contexto histórico e contemporâneo

O processo de grilagem de terras está diretamente relacionado com o alto índice de concentração que caracteriza a atual estrutura de terra, como pode ser observado no mapa “Brasil – Índice de Gini da Estrutura Fundiária – 2011” (DATALUTA, 2012, p. 28). Considerando o contexto histórico deste processo iniciado com a colonização que determinou o modelo das “plantations” - ou produção monocultora em grande escala para exportação – e como já afirmado neste artigo, foi modernizado com a constante atualização tecnológica e junções de sistemas até adquirir “sua [presente] forma na década de 1960, através da implementação da Revolução Verde e da modernização das grandes propriedades” (Sauer e Leite 2012, p. 875). No Brasil, o conceito de grilagem de terras esteve associado predominantemente a um processo fraudulento para a

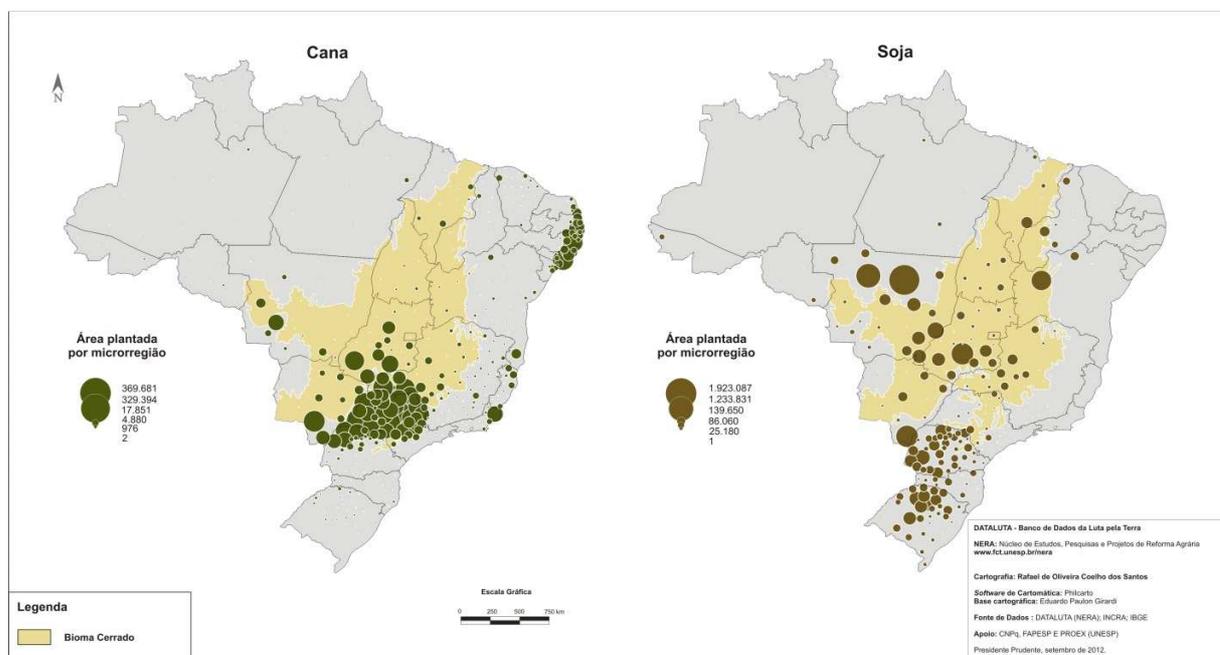
falsificação do título de propriedade de gigantescas extensões de terras. Esta é uma especificidade da história da grilagem no Brasil. Por meio deste processo fraudulento, latifundiários se apropriaram de terras públicas para a produção de commodities, onde existiam territórios camponeses e indígenas. Portanto, o conceito de grilagem não se limita apenas à falsificação dos títulos de propriedade, mas principalmente ao processo de apropriação territorial, inclusive pela compra e arrendamento para a produção monocultora em grande escala para exportação, que denominamos de *commoditização*. Se compreendemos a grilagem de terras como um processo de apropriação de territórios pelo agronegócio, é também um processo de desterritorialização do campesinato e indígenas. É portanto uma ameaça a existência destes povos. Neste artigo, quando nos referimos a grilagem de terras por estrangeiros, estamos afirmando o domínio do agronegócio de capital estrangeiro e nacional no processo de concentração fundiária. Nas duas últimas décadas, a grilagem de terras por estrangeiros no Brasil têm aumentado significativamente. Em 1992, aproximadamente 2,6 milhões de hectares de terras rurais estavam nas mãos de indivíduos ou empresas estrangeiras. (Oliveira, 2010). De acordo com o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), em 2008 cerca de 5,6 milhões de hectares eram de propriedade de estrangeiros (Hackbart, 2008). No contexto contemporâneo, a grilagem de terras por estrangeiros constituiu uma dimensão geopolítica dando nova característica a atual questão agrária (Fernandes, 2011). Mais de metade do capital estrangeiro investido em terras no Brasil vem de apenas sete países: Portugal, Japão, Itália, Líbano, Espanha, Alemanha e Países Baixos (Sauer e Leite, 2012).

Para ilustrar este contexto, um artigo da Folha de São Paulo, elaborado a partir de dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), informou que entre novembro de 2007 e maio de 2010, estrangeiros compraram “o equivalente a 22 campos de futebol por hora”, na aquisição de 1.152 propriedades de terra com área total de 515,1 mil hectares (Odilla, 2010). Destaca-se que 69% das propriedades estão no bioma Cerrado, especialmente no Estados de Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Bahia, que formam o principal corredor da grilagem por estrangeiros no Brasil. Propriedades de estrangeiros recentemente adquiridas também prevalecem o Sul, nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul e na região da Amazônia, no Pará e Amazonas. Cada respectivo par de estados constitui 10 e 12% das terras compradas por estrangeiros (Fernandes, 2011).

O interesse do agronegócio estrangeiro na aquisição de terras no Cerrado tem crescido ao mesmo tempo em que o Estado incentivou a expansão do Prodecer. Financiado pelos governos japonês e brasileiro e pelos bancos privados dos respectivos países, o Prodecer foi implementado em 1980 e deu origem a produção intensiva e extensiva de soja na região de cerrado brasileiro, hoje considerada uma das áreas agrícolas mais produtivas no Brasil (Mapa 1). Através do Prodecer, entre 1980 e na virada do século, 345 mil hectares foram transferidos a 717 experientes produtores de larga escala sob a competência do projeto. As operações desses produtores foram fortemente subsidiadas pelo governo brasileiro como parte dos negócios de terras (Inocêncio, 2010). Nesse processo, a soja tornou-se um dos principais produtos primários agrícolas produzidos no Cerrado. A maior parte da soja produzida nesta região do país é direcionada para processamento agroindustrial e destinada ao mercado internacional (Sauer e Leite, 2012). Inevitavelmente, a expansão das monoculturas de soja no Cerrado criou espaços para a participação dos investimentos estrangeiros pelas corporações transnacionais como a ADM, Bunge, Cargill, Dreyfus, Monsanto, Syngenta e Dupont. Essas empresas, entre outras, têm colhido benefícios consideráveis com o controle em grande escala sobre a terra agrícola nacional e com o controle das instalações de processamento através de um processo complexo e contínuo de fusões e aquisições. No espaço de apenas uma década, entre 1995 e 2005, a participação do capital internacional no setor de grãos do Brasil agroindustrial aumentou drasticamente, passando de 16 para 57% (Sauer e Leite, 2012).

Mais recentemente, o *boom* do agrocombustível despertou interesse ainda mais forte sobre os solos agrícolas brasileiros. O aumento do fluxo de investimento estrangeiro direto no país, como a criação da *joint venture* entre Cosan e a Shell (Oliveira, 2010), tem estimulado os investidores globais. Uma onda de fusões e aquisições entre empresas nacionais e internacionais nas áreas de energia, agricultura, biotecnologia e química, possibilitou às corporações estrangeiras o controle de 22% das empresas de etanol (Geiver e Jessen, 2010). São Paulo domina a indústria de cana do país. Dados da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB mostram que o ano safra 2011/2012, o estado produziu 305.636.000 toneladas de cana-de-açúcar, o equivalente a 54,5% de todo o Brasil. Nesta safra foram utilizados 4.37 milhões de hectares, área equivalente a 17,6% do território paulista. Como estado líder na produção de cana-de-açúcar no país, São Paulo é, portanto, também o líder na produção de etanol com 11,6 bilhões de litros ou 51% dos 22,8 bilhões de litros de etanol produzidos no Brasil na referida safra. Embora a cultura da cana esteja concentrada no Estado de São Paulo e região Nordeste, nos últimos anos está se expandindo para regiões de fronteira agrícola da Amazônia e do Cerrado (Mapa 1).

Mapa 1 - Territorialização das culturas de soja e de cana no Brasil em 2010, com o Bioma Cerrado destacado



Como resultado da compra de terras por estrangeiros no Brasil, os preços da terra têm aumentado significativamente em todo o país e, em 2010, o preço da terra teve aumento significativo para as últimas décadas (Chiara, 2011). Em dois anos (2008 e 2010) a compra de terras por estrangeiros contribuiu para um aumento de 14% no preço médio nacional do hectare terra, passando de US\$ 2.500 para US\$ 2.900 (Chiara, 2011). Sauer e Leite, 2012, afirmam, com base em um período de dezesseis anos, de junho de 1994 a junho de 2010, que o preço médio por hectare da terra com lavoura aumentou mais de 430%, passando de R\$ 1.188,30 a R\$ 7.490,40 (US\$ 590,45 a US\$ 3.721,79) no período de 16 anos.

No Brasil, a grilagem de terras sempre foi facilitada por medidas dos poderes legislativo e executivo para a promoção da regularização fundiária para os grileiros. Um exemplo é o processo de grilagem no Pontal do Paranapanema, estado de São Paulo (Leite, 1998). Esta tendência política continua

porque a bancada ruralista tem conseguido manter sua política de controlo territorial, como aconteceu com relação à aquisição de terras por estrangeiros em meados dos anos noventa. Em 1995, Congresso Nacional aprovou uma emenda constitucional, eliminando o artigo 171, que distinguia empresas nacionais e estrangeiras.

Esta emenda removeu a barreira referente a quantidade de terras que podem ser compradas por empresas estrangeiras, permitindo que empresas nacionais controladas por capital internacional possam operar como entidades brasileiras (Oliveira, 2010). Três anos mais tarde, em 1998, outra alteração foi feita por meio de um parecer emitido pelo Advocacia Geral da União (AGU), a pedido direto do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. “Caiu em desuso, portanto, qualquer forma de controlo efetivo sobre a aquisição de terras por parte de empresas estrangeiras no Brasil” (Pretto, 2009, p. 7).

Desnecessário dizer que, a revisão das barreiras legislativas à propriedade da terra para estrangeiros, que decorreu sob o governo Fernando Henrique Cardoso serviu para promover os interesses do capital estrangeiro que buscam estabelecer operações e adquirir terras no Brasil. Tais mudanças legislativas radicais possibilitaram que empresas e investidores estrangeiros adquiriram vastas extensões de terra no Brasil, sob a proteção da legislação que regula as empresas nacionais, e, assim, operam dentro do país sem restrições onerosas ou monitoramento do Estado. Segundo o então presidente do Incra, Rolf Hackbart, “essa situação permite a ocupação desenfreada de terras em nível nacional por estrangeiros, mascaradas legalmente, com a justificativa de serem adquiridas por empresas brasileiras” (Hackbart, 2008, não paginada). Diante deste fato, a AGU reconheceu que “o Estado brasileiro havia perdido o controlo efetivo sobre a aquisição e o arrendamento” dessas terras (Vaz, 2010, não paginada). O INCRA e a AGU afirmam que é necessário considerar “alternativas legais para restringir o capital estrangeiro ao acesso à terra ... como mecanismo estratégico de defesa da soberania nacional” (Hackbart 2008, não paginada). Esta foi a posição adotada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no final de seu mandato, em 2010.

Em 2007, diante da iminente crise global de alimentos e energia e em resposta à preocupação expressa por INCRA, AGU e outras organizações, incluindo movimentos camponeses, o governo federal começou a reavaliar a necessidade de restabelecer limites de terra para estrangeiros e regular o processo de compra e arrendamento. Em 2008, a AGU emitiu um Parecer LA-01, aprovado pelo governo e publicado em agosto de 2010. A nova legislação restringe a aquisição de imóveis rurais por empresas em que 50% ou mais das participações são controladas por estrangeiros e limita a quantidade permitida de terra a um quarto do total área municipal. De acordo com a legislação, as empresas nacionais com maioria de capital estrangeiro não pode adquirir propriedades rurais com mais de 50 módulos fiscais (cinco mil hectares). A legislação atual também concede ao INCRA autoridade para regulamentar as aquisições estrangeiras (AGU 2010). Evidente que este Parecer contrariou profundamente os interesses dos investidores estrangeiros.

André Pessôa, diretor da Agroconsult, empresa de consultoria especializada em agronegócio no Brasil, que tem entre alguns de seus principais clientes empresas transnacionais como a Monsanto, Dow AgroSciences, Dupont, Bunge, Petrobras, Vale, John Deere, Tereos Syral e o Banco de Crédito Suíço, declarou que a medida restringe os investimentos das corporações transnacionais e, portanto, os seus interesses em expandir as operações no Brasil (Pessôa, 2011). Também há muita oposição ao Parecer dentro da base governista, como o deputado federal Marcos Montes (do Partido Social Democrata de Minas Gerais - PSD) que tornou-se a voz principal de discórdia. No início de 2012, Montes apresentou um relatório à Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, recomendando que o capital estrangeiro possa realizar compras de terras no Brasil, atuando por meio de empresas nacionais. No relatório, ele contesta a legislação vigente afirmando que as empresas transnacionais com participação de capital nacional, não devem ser discriminadas na

aquisição de propriedades e devem ser livres para operar como empresas nacionais, independentemente do nível de participação de capital. Seu relatório também destaca que a “insegurança jurídica” agora enfrentada pelos proprietários e investidores estrangeiros por causa da LA-09/2010, “está gerando um atraso em investimentos que certamente estão migrando para outros países” (Montes, 2012, não paginada).

Em julho de 2012, o relatório escrito por Montes foi aprovado pela Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. Atualmente o documento está tramitando em outras comissões da Câmara dos Deputados para ser ou não transformado em lei e o Partido dos Trabalhadores (PT), que votou contra o relatório prometeu bloquear o texto que claramente “coloca os interesses de setores empresariais internacionais acima dos valores da soberania nacional; confronta os interesses dos agricultores do país; e mostra-se indiferente às ameaças de aprofundamento ainda maior do grau de concentração da terra no Brasil, inclusive, para fins especulativos” (Bancada do PT, 2012, não paginada). O PT afirmou que se LA-09/2010 for derrubada “Portanto, entendo que assim procedendo estaríamos incorrendo em opção de alto risco para a segurança alimentar da população brasileira, para a proteção da nossa biodiversidade e, de resto, para o controle soberano sobre o nosso território e sobre imenso capital natural deste país” (Bancada do PT, 2012, não paginada).

Brasileiros grileiros

Apesar postular-se em oposição à estrangeirização da terra estrangeira no contexto nacional, o governo Lula apoiou fortemente a aquisição de terras em outros países. Mas, esta postura expansionista vem desde a ditadura militar. O Paraguai é um exemplo. Dos 31 milhões de hectares de terra arável, 25% está nas mãos de estrangeiros, com os brasileiros controlando cerca de 4,8 milhões de hectares, 15% da área total (Glauser, 2009). Estima-se que entre 1964 e 1984, milhões de camponeses brasileiros foram expropriados pela Revolução Verde e da modernização da agricultura implementado pela ditadura militar (Welch, 2006). A produção de soja somente na década de 1970 foi responsável pelo deslocamento de 2,5 milhões de pessoas no estado do Paraná e 300 mil no Rio Grande do Sul (Altieri e Bravo, 2009). Com a introdução das monoculturas da soja e de outras commodities, muitos dos que se encontravam sem-terra migraram para o Paraguai, onde adquiriram ou arrendaram terras. Estes agricultores assentados em pequenas propriedades, geralmente ao longo das zonas fronteiriças tornaram-se conhecidos como “brasiguaios”. Empresários brasileiros também se estabeleceram em várias regiões do país adquirindo terras paraguaios e brasiguaios, principalmente para a produção de soja (Galeano, 2010). Atualmente no Paraguai, a produção de soja ocupa mais de 29% de toda a terra agrícola (Altieri e Bravo, 2009) e “nos bastidores do governo, autoridades costumam lembrar que o cultivo da soja levou o camponês para a cidade, onde ele não encontra emprego, o que também contribui para o aumento da pobreza” (Carmo, 2012, não paginada).

A ocupação de terras por brasileiros e outros estrangeiros no Paraguai tem resultado na geração de intensos e permanentes conflitos de terra. Todavia, os empresários do agronegócio recebem apoio do governo paraguaio para expandir as áreas de produção de soja. A presença de estrangeiros no país tem criado obstáculos à luta pela reforma agrária, embora camponeses sem terra e povos indígenas se mobilizem e resistem contra as práticas de grilagem de terras, procurando recuperar seus territórios. Como os conflitos de terras entre os estrangeiros e os camponeses sem-terra paraguaios têm aumentado, o governo tem enfrentado pressão para resolver a situação. Em 2011, o Estado iniciou uma investigação sobre a veracidade dos títulos de propriedade de estrangeiros no país, com o ministro do Interior, Carlos Filizzola, alertando que “os que receberam terra de forma ilegal podem se preocupar”(Carmo, 2012, não paginado). Todavia, a conflitualidade gerada pela resistência camponesa e a política expansionista da *commoditização* levou ao impedimento do

governo Lugo que foi deposto em 2012. Esta é uma das expressões geopolíticas da estrangeirização da terra.

O poder das corporações do agronegócio na grilagem nacional e internacional de terras é demonstrado pela configuração territorial formada pelo Paraguai, Argentina, Bolívia, Brasil e Uruguai, pois o processo de *commoditização* com cultivo de soja “deu origem a uma única entidade geoeconômica: a República da Soja” (Turzi, 2011, p. 61). Historicamente, estes países foram os alvos da grilagem de terras nas Américas. O debate político atual em torno de cercar a prática de grilagem de terras na América Latina e os preços crescentes da terra, levou a uma reavaliação por parte de investidores estrangeiros de outras regiões do globo de que podem ser mais passíveis aquisições em grande escala de terras em outros continentes. É dentro deste contexto que o agronegócio brasileiro também está procurando participar da grilagem de terras na África, principalmente em Moçambique.

Relações Brasil – África

As relações entre Brasil e África datam do século XVI, quando o objetivo principal era a força de trabalho escrava. A política portuguesa de colonização movimentava o tráfico de escravos africanos entre África e Brasil. Desde a chegada dos primeiros africanos no início do século XVI até 1855 - cinco anos após a Lei Eusébio de Queirós que aboliu o tráfico de escravos - estima-se que cerca de 4 milhões de africanos foram traficados para o Brasil para trabalhar na extração de minérios, nas plantações de açúcar, café ou em trabalhos domésticos (Fausto, 1999). Após a abolição oficial da escravidão no Brasil, em 1888, os padrões de discriminação racial que tinham sido sistêmicos sob a escravidão permaneceram profundamente enraizados. As desigualdades persistiram com a marginalização dos afro-brasileiros, particularmente aqueles ligados às suas raízes culturais e identidade, sistematicamente excluídos de oportunidades de emprego e educação (Banco Mundial, 2011). Segundo José Flavio Sombra Saraiva, estas desigualdades também foram vistas “como uma marca de exclusão da modernidade e um obstáculo ao progresso” (Saraiva, 2012, p. 136). O carácter universal do sentimento racial levou a um prolongado período de “silêncio” na história das relações Brasil-África, caracterizado por um “distanciamento deliberado” do Brasil em sua intrínseca identidade afro (Saraiva, 1994, p. 264).

Somente na década de 1950, o Brasil deu os primeiros passos no sentido da sua reaproximação com a África, que começou a se consolidar em 1960, durante a curta duração de Afonso Arinos no Ministério de Relações Exteriores (Penha, 2011). No contexto da Guerra Fria, enquanto no cenário internacional formava-se a bipolaridade pela ex-União Soviética e pelos Estados Unidos com influência e controle geopolítico em vários países, a liderança política brasileira reavaliava seu lugar e o papel a ser desempenhado um mundo dominado pelas duas potências hegemônicas. A diplomacia brasileira reacendeu latentes laços históricos com o continente africano, como parte de um objetivo mais amplo de políticas, visando impulsionar o Brasil no cenário mundial em rápida evolução de geopolítica, como um país intermediário, mas com a intenção de alcançar um maior grau de representação do País em assuntos globais, e com maior prestígio internacional (Penha, 2011, p. 151).

A reaproximação do Brasil-África, na metade do século passado, foi marcada por um fluxo constante de políticas inconsistentes e documentos, que muitas vezes foram revisados e reeditados em diversas administrações, com perspectivas drasticamente diferentes da política externa brasileira para a África (Penha, 2011; Saraiva, 2012). Como ex-colônia portuguesa e lar de uma das maiores populações afrodescendentes que se encontram fora do continente Africano, o Brasil tem laços históricos, culturais e linguísticas com Moçambique e com outros Estados ex-colônias portuguesas,

como: Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. As políticas difusas e o português falado foram referências para se compreender o avanço das relações entre o Brasil e os cinco países africanos (Penha, 2011), ao mesmo tempo em que representou um modelo de “industrialização tropical”, que pode ser replicado (Selcher, 1984, p. 61). Na parte da literatura dedicada à análise e estudo das relações Brasil-África (Rodrigues, 1982; Oliveira, 1988; Penha, 2011; Saraiva, 1996; 2012), os textos que focam as relações Brasil-Moçambique permanecem escassos, apenas emergente na última década, quando as relações políticas e econômicas entre os dois países foram ampliadas e consolidadas (Batistella e Bolfe, 2010; Alves, 2011; Cau, 2011).

De particular interesse é a recente artigo escrito pelo geógrafo brasileiro, Alves, 2011, que documenta as diferenças e semelhanças na questão agrária no Brasil e em Moçambique. O artigo, com base em uma análise da experiência colonial vivida por ambos os países, revela os legados socioeconômicos deixados pela colonização portuguesa em ambos os territórios, destacando o surgimento de estruturas agrárias distintas. No Brasil, resultou uma estrutura altamente concentrada, enquanto em Moçambique o modelo resultante é predominantemente baseado em na agricultura camponesa. Em ambos os casos – mesmo com a industrialização da agricultura brasileira e atual papel do país como segundo maior exportador agrícola do mundo - o autor conclui que “os dois países não conseguiram superar as amarras das desigualdades sociais evidentes na paisagem e na vida social da população tanto no urbano quanto no rural” (Alves, 2011, p. 72).

No caso do Brasil, a industrialização da agricultura e as “revoluções verdes” (química e biotecnológica) aumentaram a produtividade, as desigualdades e mantiveram a concentração da propriedade da terra com expulsão e expropriação de milhões de camponeses e indígenas de suas terras (Fernandes, 2000; Branford e Rocha, 2002; Welch, 2006). Nas conclusões do referido artigo, o autor articula a incerteza sobre os impactos futuros das novas políticas agrárias que estão sendo implementadas em Moçambique, para “modernizar” o setor agrícola, promover maior integração do país por meio da expansão do agronegócio com foco na produção de commodities agrícolas para exportação. Os impactos destas políticas sobre a estrutura agrária de Moçambique, sobre práticas agrícolas da agricultura camponesa e as relações de trabalho em geral, precisam ser analisadas.

Evolução histórica recente das relações Brasil - Moçambique

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com Moçambique alguns meses após sua independência, em 15 de novembro de 1975 (Saraiva, 1996). De 1975 até a virada do século, a parceria entre os dois Estados permaneceu limitada aos acordos políticos e diplomáticos de praxe. Comércio e desenvolvimento de programas sociais, culturais e intercâmbios entre os dois países foram insignificantes. Comparando com outros estados africanos, como a África do Sul, Angola e Nigéria, Moçambique era um pequeno mercado para as exportações brasileiras. Como a maioria das grandes reservas minerais, de gás natural e carvão ainda não tinham sido descobertas em Moçambique, o país oferecia poucas oportunidades para a crescente indústria extrativa do Brasil expandir (Penha, 2011).

Ao longo da última década os laços embrionários entre os dois países tomaram novos rumos com Moçambique - rapidamente – tornando-se o “hotspot” para investimentos brasileiros na África. O intercâmbio comercial entre os dois países tem crescido rapidamente, atingindo 85,3 milhões dólares americanos em 2011, um aumento acentuado de 101,2% em relação a 2010, segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE, 2012). Correspondente ao crescimento exponencial no comércio, houve também um aumento no número de brasileiros com projetos em

andamento ou em fase de desenvolvimento em Moçambique³, nas áreas de saúde, educação, cultura, combate à pobreza e da tecnologia e, mais recentemente, como é o interesse principal deste trabalho, projetos de desenvolvimento agrícola e programas, tais como aqueles associados ao ProSAVANA. Este crescimento excepcional em projetos comerciais e de parceria provoca um fluxo de comércio extremamente assimétrico. Por exemplo, dados oficiais do Ministério das Relações Exteriores de Moçambique (MRE) e o Departamento para a Promoção do Comércio e Investimentos (DPC) mostram que do total de 85,3 milhões de dólares de negócios em 2011, as exportações do Brasil para Moçambique corresponderam a 81,2 milhões. Desse montante, 64,8% eram bens manufaturados ou semimanufaturados. Moçambique, por outro lado, exportou apenas 4,1 milhões de dólares em mercadorias para o Brasil, em produtos in natura (MRE / DPR, 2012).

Nos últimos anos, o Brasil aumentou significativamente o montante da ajuda externa e crédito para Moçambique. No início de 2012, o governo brasileiro expressou sua intenção de ajudar Moçambique com a implementação de uma versão preliminar do “Programa Mais Alimentos⁴”, anunciando que iria abrir uma linha de 100 milhões de dólares para camponeses (AIM, 2012). Esta ajuda permitirá que adquiram máquinas com o objetivo de ampliar a produção para consumo local. Posteriormente a essa demonstração de apoio brasileiro para produção em pequena escala, no mês Julho de 2012, Brasil e Japão lançaram em conjunto o “Fundo Nacala”, com 2 bilhões de dólares, disponíveis até o final do ano, para pessoas jurídicas envolvidas na produção de commodities, como: soja e milho, adicionalmente, ajudar no desenvolvimento de instalações de processamento agroindustrial no país (Franco, 2012; Valor Econômico, 2012). Pode-se presumir que corporações brasileiras serão os beneficiários predominantes deste Fundo.

A importância de uma parceria forte entre os dois países, com os benefícios que se esperam através de tal parceria, foram afirmados e re-afirmados pelas lideranças do passado e do presente no Brasil e em Moçambique. “A experiência de desenvolvimento político, econômico, tecnológico e social do Brasil é bastante relevante para a África e, é com satisfação que vemos a cooperação do Brasil com o nosso continente como prioridade do governo brasileiro”, declarou o ex-presidente de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano, em um discurso feito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2004 (Chissano, 2004, p. 26). A declaração sobre o interesse crescente do Brasil para investir na África, mais especificamente, em Moçambique, tem sido afirmado inúmeras vezes pelo ex-presidente Lula, cujo governo (2002-2010) é amplamente creditado quando se refere ao estreitamento de relações entre os dois países (Saraiva, 2012). Em um discurso notável feito em Maputo, em uma última visita ao país durante o seu mandato final, Lula confirmou o compromisso forte do Brasil com a soberania alimentar de Moçambique. “A maior demonstração de soberania de um país não é ele ter bomba atômica, não é ele produzir chip, é ele ter capacidade de produzir todo o alimento necessário para o seu povo, e nisso o Brasil tem acúmulo de experiência, assistência técnica e resultado pra partilhar com Moçambique”(Monteiro, 2010). Mais recentemente o vice-presidente Michel Temer referiu-se a Moçambique como “um parceiro estratégico e preferencial”, enquanto o então primeiro-ministro de Moçambique, Aires Bonifácio Baptista Ali, assegurou às empresas brasileiras: “queremos reafirmar nosso empenho para que os empresários brasileiros encontrem um campo fértil” (Exman, 2012).

³ De acordo com o vice-presidente brasileiro, Michel Temer, existem atualmente 20 projetos de cooperação e iniciativas em curso entre os dois países (Exame, 2012)

⁴ O Programa Mais Alimentos do Brasil oferece crédito para camponeses e cooperativas agrícolas por meio do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) que “financia investimentos para a modernização da propriedade rural familiar” (<http://www.mda.gov.br/portal/saf/institucional/maisalimentos>).

O avanço do agronegócio brasileiro em Moçambique

De acordo com dados oficiais, o país possui cerca de 36 milhões de hectares de terras aráveis (República de Moçambique 2009), dos quais 5,7 milhões de hectares estão em cultivo (Batistella e Bolfe, 2010). Em contraste com o Brasil, onde apenas 1,5% das propriedades com mais de 1000 hectares ocupam 52,6% das terras agrícolas (DATA LUTA, 2012), em Moçambique, apenas 3% das terras cultivadas é ocupada pelo agronegócio (Borras et al., 2011). A maioria da população, 14,3 milhões de moçambicanos vivem em áreas rurais e a produção agrícola é quase exclusivamente derivado do trabalho camponês que cultiva em média 1,3 hectares (Batistella e Bolfe, 2010). Aproximadamente 80% da população moçambicana está envolvida no setor agrícola, com a maioria dos produtos destinada ao auto consumo e ao consumo regional, provincial ou nacional (Oakland Institute, 2011). Algodão, açúcar, tabaco e caju são culturas de exportação do país que representaram 264 milhões de dólares em faturamento no ano de 2009. A produção para o mercado ou produção de culturas de rendimento, como é chamada em Moçambique, é predominantemente feita por pequenos agricultores, como é o caso dos produtos de exportação acima mencionados, sendo que somente a castanha de caju recebe assistência e financiamento do governo (Oakland Institute, 2011).

Recentemente, um conjunto de processos iniciados pela mudança da matriz energética do combustível fóssil para a biomassa, que gerou a crise alimentar, expandiu os interesses das cooperações e governos pelo recurso terra, intensificando seu uso territorial no que denominamos de estrangeirização de terras como uma nova modalidade de grilagem de terras. No Brasil, assim como em outros países, este conjunto de processos gerou um recorde histórico de alta dos preços da terra. Portanto, quando o governo de Moçambique oferece terras para o agronegócio brasileiro expandir sua produção, as savanas moçambicanas aparecem como um paraíso, por suas similitudes com o cerrado brasileiro. Todavia, há uma questão impeditiva para a territorialização do capital em Moçambique, por causa de seu passado socialista. Ao contrário do sistema privatizado do mercado de terras no Brasil, toda a terra em Moçambique pertence ao Estado, e de acordo com a Lei de Terras de 1997 (Lei de Terras 19/97⁵), não pode ser comprado ou vendido. Indivíduos, comunidades e as corporações ganham acesso à terra através da aquisição de títulos que concedem Direitos de Uso e Aproveito de Terra, conhecidos como DUATs, que normalmente são concedidas para períodos de até 50 anos, com a possibilidade de renovação ulterior por igual período⁶. Isto significa que as corporações capitalistas poderão usar o território moçambicano, mas não poderão se apropriar. Se bem que o arrendamento por 50 anos a preços baixíssimos (ou insignificante) é uma condição excelente para a expansão do agronegócio brasileiro em Moçambique.

O agronegócio, portanto, não precisa fazer investimentos iniciais para adquirir terras em Moçambique, em vez disso eles pagam somente uma taxa anual de cerca de um dólar por hectare em toda a terra sob DUAT (Oakland Institute, 2011). Comparado com o custo da terra no Brasil, a terra em Moçambique é excessivamente desvalorizada e que está sendo visto como um sorteio (Oakland Institute, 2011). Comentando sobre o fascínio enorme para o agronegócio brasileiro ao

⁵ Em 1998, foi introduzida uma alteração à Lei de Terras de 1997 (Decreto n° 66/98 de 8 de Dezembro), acrescentando regulamentos para as zonas rurais, e em 2000 um anexo técnico pormenorizado sobre delimitação de terras comunitárias foi ainda aprovado (Diploma Ministerial n° 29 - A/2000 de 7 de Março). Ambos os documentos em seus originais estão disponíveis em: http://www.legisambiente.gov.mz/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=23

⁶ Uma vez que a "aprovação de uma alteração polêmica" feito à lei de terras original em 2007 (Decreto 50/2007), a autoridade para conceder DUATs agora em grande parte é do Conselho de Ministros (Centro Terra Viva, 2012, p. 75), enquanto "delimitações que simplesmente reconhecem um direito existente são aprovadas a nível provincial" (Instituto Oakland, 2011, p. 19). Todos os pedidos de investimentos e aquisições de terra com mais de 10 mil hectares devem ser aprovados pelo Conselho de Ministros; aquisições entre 1.000 e 10.000 ha pode ser aprovado pelo Ministro da Agricultura, sendo que os governadores provinciais têm autoridade para aprovar as candidaturas para até 1.000 ha (Oakland Institute, 2011).

investir em Moçambique, Carlos Ernesto Augustin, presidente da Associação de Produtores de Algodão de Mato Grosso foi citado pelo jornal, Folha de São Paulo, dizendo que “Moçambique é um Mato Grosso no meio da África, com terra de graça, sem tanto impedimento ambiental e frete muito mais barato para a China” (Mello, 2011).

Até recentemente, a maioria das empresas brasileiras ativas em Moçambique têm sido indústrias de base e infraestrutura como construção, engenharia, energia, mapeamento estratégico e extração. Lá estão presentes a Vale, a Odebretch, a Camargo Corrêa, a Andrade Gutierrez e Eletrobrás. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem apoiado as operações dessas empresas com financiamentos generosos que permitem às empresas importar bens e serviços brasileiros utilizados no desenvolvimento de suas grandes obras de infra-estrutura - incluindo a construção do Aeroporto de Nacala pela Odebretch, uma barragem hidroelétrica está sendo desenvolvido pela Andrade Gutierrez no sul da província de Maputo e outra proposta a ser construída pela Camargo Corrêa, na província de Tete. As operações da Vale com a extração de carvão em Moatize, também figuram nos planos de financiamento pelo BNDES: “a ideia é que parte dos royalties pagos pela Vale ao governo de Moçambique pela exploração de carvão sejam colocados em uma conta para servir de garantia para empréstimos oferecidos a projetos (*sic*).” (Góes, 2012)⁷, tais como aqueles relativos ao ProSAVANA.

Desde 2009, tem havido grande aumento no número de empresas brasileiras e organizações governamentais ligadas aos setores agroindustrial e agroenergia - em particular, a SLC Agrícola, a Petrobras Biocombustíveis, BMG e EMBRAPA - seja para expandir as operações no país ou expressar sua intenção de investir em Moçambique no futuro próximo. Arlindo Moura, diretor-presidente da gigante agrícola brasileira SLC Agrícola, por exemplo, em matéria divulgada no jornal Valor Econômico, declarou a intenção de sua empresa iniciar operações para produção e industrialização de soja em Moçambique antes de 2015. Moura revela ainda que os municípios para a implementação de planos da SLC no país já foram selecionados. A corporação é atualmente uma das maiores proprietárias de terras no Brasil, com uma área total de 250.000 hectares plantados com soja, milho, algodão e cana na safra 2011/2012 (Batista, 2012). Da mesma forma, Miguel Rossetto diretor da Petrobras Biocombustíveis, que possui áreas de produção de cana em Moçambique, manifestou a intenção da empresa de produzir etanol no país em um futuro muito próximo. De acordo com Rossetto a empresa já está na “fase final da implantação do projeto” e espera “a definição de regras para a utilização de etanol em Moçambique”, como as relacionadas ao percentual da mistura com a gasolina de acordo com os padrões mínimos de qualidade e a definição do preço (Saraiva, A., 2012). O Banco de Minas Gerais (BMG), da família Guimarães Pentagna também divulgou ao Valor Econômico o seu interesse no desenvolvimento de um projeto para produção de soja em Moçambique ligado aos mercados de exportação da África do Sul, Ásia e Oriente Médio. Através de numerosas participações do BMG nos setores agrícola e de energia, a família é proprietária de 120 mil hectares de terras no Brasil, que são utilizados para a produção de café, milho, soja, feijão, bem como a criação de gado (Souza, 2012).

PROSAVANA e o acordo triangular

O crescimento do agronegócio com projetos em desenvolvimento inicial ou a ser iniciado por brasileiros em território moçambicano, correlaciona-se com dois acontecimentos marcantes que ocorreram em 2009: a inauguração de uma “Estratégia Nacional de Biocombustíveis” (Resolução n

⁷ Um recente relatório publicado pelo Centro de Moçambique para a Integridade Pública (CIP) revela que em 2009, as receitas fiscais totais recebidas pelo governo das empresas da indústria extrativa foi 1.070 milhões de meticais (cerca de US\$ 40 milhões). De acordo com o relatório “a contribuição fiscal das empresas da indústria extrativa foi apenas 2,25% da receita total do Estado moçambicano”, que “é um nível muito baixo, tendo em conta a importância estratégica do setor na economia do país” (Nombora, 2012, p. 2).

o 22/2009⁸) em 17 de maio e com a assinatura do Acordo de Triangular para o Desenvolvimento da Agricultura nas savanas tropicais em Moçambique, por autoridades moçambicanas, brasileiras e japonesas, em 17 de setembro. Vários estudos recentes têm focado suas análises sobre a aquisição contínua de terras por empresas estrangeiras com a finalidade de produção de biocombustíveis em Moçambique e forneceram muitas evidências dos impactos subseqüentes (Justiça Ambiental e UNAC, 2009; 2012; Nhantumbo e Salomão, 2010; FIAN Internacional, 2010; Borrás et al., 2011; Oakland Institute, 2011).

O ProSAVANA é baseado no Programa de Cooperação brasileira e japonesa para o Desenvolvimento Agrícola do Cerrado - Prodecer - iniciado no Brasil na década de 1980 e financiado em grande parte pelo Japão. A iniciativa bilateral levou à transformação do cerrado brasileiro ao longo de algumas décadas para o que é agora amplamente considerada a região agrícola mais produtiva do país. No caso de ProSAVANA, a idéia é que através de uma parceria cooperativa entre os três países signatários e as respectivas instituições, o “conhecimento adquirido no desenvolvimento do cerrado contribuirá para a melhoria da produtividade agrícola da savana tropical em Moçambique” (Mocumbe, 2009, p. 4). Enquanto o projeto ProSAVANA foi liderado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vários outros parceiros estão envolvidos na concepção e execução do projecto, incluindo a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a Japan International Cooperation Agency (JICA), o Centro Internacional de Investigação em Ciências Agrícolas do Japão (JIRCAS), juntamente com o Ministério da Agricultura de Moçambique (MINAG) e do Instituto de Investigação Agrária Moçambique (IIAM).

Desde a assinatura do acordo, em 2009, o projeto ProSAVANA está em andamento. Levantamentos terrestres e análises de solo foram realizadas pela Embrapa, que também tem trabalhado para fortalecer a capacidade institucional de Moçambique e aumentar os conhecimentos especializados na área de ciência e desenvolvimento agrícola, através de programas de treinamento e transferência de tecnologia (AIM, 2011; Mozambique News Agency, 2012). Atualmente, o projeto está fazendo um esforço final para a execução, que vai envolver grandes concessões de terras feitas a empresas brasileiras em Moçambique, “Corredor de Nacala” - uma região incrivelmente fértil, produtiva e economicamente importante na parte norte do país (Mapa 2). O Corredor de Nacala compreende a província de Nampula, e grande parte do Niassa, Cabo Delgado e província central da Zambézia (Batistella e Bolfe 2010). Pelo menos 24 distritos das províncias de Nampula e Niassa já foram selecionados pela Embrapa para a implementação do projeto (Embrapa, 2012a).

Em sua primeira fase, ProSAVANA está a ser desenvolvido em uma área de aproximadamente 700.000 hectares, em Nampula (AIM, 2011), que foi identificado como tendo um enorme potencial para a expansão agrícola (Batistella e Bolfe, 2010). De acordo com uma publicação da Embrapa, cerca de 4,6 milhões de hectares de terra em Nampula são apropriadas para a agricultura, dos quais 30%, ou 1,45 milhão de hectares apenas estão sendo exploradas (Batistella e Bolfe, 2010). Além da adequação de terra nas província de Nampula, a província e região também oferecem um quadro sólido de infra-estruturas, o que favorece ainda mais a expansão da agricultura e do desenvolvimento ao longo do Corredor (O País, 2012).

⁸ Resolução 22/2009 disponível em: <http://www.me.gov.mz/prt/downloads/box1/PoliEstrategiaBio.pdf>

Mapa 2 – Corredor de Nacala em Moçambique



Fonte: Batistella and Bolfe, 2010, p. 32

No entanto, existem questões pendentes que precisam ser resolvidas para que as concessões de terras sejam feitas e o projeto possa avançar como planejado. Em uma recente visita a Moçambique, em Abril de 2012, o delegado brasileiro para o projeto, o deputado federal Luiz Nishimori destacou os principais obstáculos à capacidade atual do ProSAVANA para produzir os resultados desejados. De acordo com Nishimori, será necessário um sistema mais forte e mais eficaz de política agrária para definir os salários dos trabalhadores e os limites das áreas de aquisição de terras precisam ser acordados e, em última instância, também permanece a questão das consultas às comunidades camponesas atingidas, como condições para promover o desenvolvimento da tecnologia agrícola na região (Notícias, 2012). As consultas às comunidades camponesas requerem uma consideração particularmente sensível pelo Brasil, por causa da publicidade negativa devido a protestos decorrentes do processo de reassentamento realizado pela mineradora brasileira Vale, depois que foi adjudicado um contrato para a extração de carvão no Moatize Vale da província de Tete, em 2007 (Hanlon, 2012).

O negócio da terra pela Vale e o governo de Moçambique envolveu a transferência de 23.780 hectares para a empresa brasileira de mineração e resultou no reassentamento de 1.313 famílias - cerca de 5.000 pessoas - entre novembro de 2009 e abril de 2010, cujas terras tradicionais no Vale Moatize foram expropriados como parte do negócio. As famílias dos dois novos reassentamentos têm enfrentado inúmeras dificuldades nas terras arbitrariamente atribuídas a elas pela empresa. Os problemas enfrentados pelas famílias reassentadas, nas suas novas comunidades, são manifestados por suas queixas legítimas que têm sido bem documentadas por Mosca e Selemene (2011) em um

relatório intitulado “El Dorado Tete: os megaprojetos de mineração”. O relatório revela que em dois anos após o reassentamento, a Vale não havia cumprido com os acordos que haviam sido feitos com as comunidades no processo de consulta inicial (Mosca e Selemane, 2011).

Dado o conhecimento em torno dos impactos das aquisições de terras por estrangeiros (FIAN International, 2010; Borrás et al., 2011; Justiça Ambiental & UNAC, 2011) a credibilidade destes projetos está em descrédito. Assim, a proposta de transferência de terras agrícolas para o agronegócio brasileiro inevitavelmente levantou profundo alarde e desconfiança entre os camponeses que vivem no Corredor de Nacala. Em outubro 2012, a União Nacional de Camponeses – UNAC – de Moçambique divulgou uma declaração público sobre o ProSAVANA, denunciando oficialmente o projeto:

Nós camponesas e camponeses, condenamos a forma como foi elaborado e se pensa implementar o ProSavana em Moçambique, caracterizado pela reduzida transparência e exclusão das organizações da sociedade civil em todo processo, em particular as organizações de camponeses (UNAC, 2012).

O pronunciamento também condena “a vinda em massa de agricultores brasileiros que se dedicam ao agronegócio, transformando camponesas e camponeses moçambicanos em seus empregados e em trabalhadores rurais” (UNAC, 2012). De acordo com o movimento o ProSAVANA não leva “em consideração as demandas, sonhos e anseios da base, particularmente dos camponeses do Corredor de Nacala” (UNAC, 2012), e ameaça seriamente o modo de vida e bem-estar das famílias camponesas na região e no meio-ambiente. Em resposta à desaprovação manifesta entre a população rural e o público em geral, o então governador de Nampula, Felismino Tocoli, e o então primeiro-ministro, Aires Ali, tentaram acalmar a população para dissipar a crescente apreensão. Tocoli procurou tranquilizar a população rural que pode permanecer segura em suas terras e que o ProSAVANA é um programa projetado para seu benefício (Notícias, 2011). A mesma fonte também parafraseou o governador ao ter afirmado que o projeto ProSAVANA vai em primeiro lugar “valorizar e apoiar os produtores locais, no sentido de produzir mais nas mesmas porções de terra que actualmente trabalham e, em segundo, trazer tecnologias de produção não apenas para o consumo interno, mas também para a exportação” (Notícias, 2011). Por sua vez, Aires tentou dissociar ProSAVANA com a noção de neocolonialismo afirmando que o projeto não tem a intenção de “transferir o Brasil para Moçambique,” mas vai ver a transferência de tecnologias relevantes do Brasil e estimular o desenvolvimento agrícola na região através de uma eficaz e parceria equilibrada (Notícias, 2012).

O projeto ProSAVANA foi habilmente apresentado pelas lideranças do Brasil e de Moçambique aos moçambicanos e à comunidade internacional, sob o pretexto do “desenvolvimento agrícola sustentável”. Na verdade, de acordo com os signatários do ProSAVANA, o objetivo oficial do projeto “é criar novos modelos de desenvolvimento agrícola sustentável na região de savana tropical de Moçambique” (Mocumbe, 2009, p. 4). A reivindicação onipresente da sustentabilidade inclui “aumentar o emprego, o alcance da segurança alimentar e redução da pobreza ao longo do Corredor de Nacala e em áreas adjacentes” (Notícias, 2012). Dado que ProSAVANA procura explicitamente “replicar” a experiência de desenvolvimento agrícola no Cerrado brasileiro, é imperativo questionar os problemas ambientais como a deforestação e uso intensivo de agrotóxicos, bem como as disputas territoriais entre agronegócio, populações indígenas e camponesas, que poderão ser tratadas como no Brasil: com a expropriação e migração para as cidades.

O PRODECER e os impactos da expansão do agronegócio no Cerrado brasileiro e no Brasil

O Cerrado é o segundo maior bioma do Brasil e abrange mais de 200 milhões de hectares, ou aproximadamente 25% do território nacional do país (IBAMA, 2009). O bioma é uma savana tropical caracterizada por florestas de galeria com incrível riqueza de biodiversidade. Sua vasta extensão compreende porções das unidades federativas de Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Tocantins, Maranhão, Piauí, Bahia e São Paulo (Ver Mapa 1). Concentrado particularmente nos estados do Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás, que respondem por 20%, 18% e 17% da área do Cerrado, respectivamente (Inocêncio, 2010), o território do cerrado e seus habitantes originais sofreram ao longo das últimas três décadas o impacto do agronegócio e suas monoculturas, principalmente de soja e, mais recentemente, cana-de-açúcar, que monopolizaram vastas áreas de terra.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, as monoculturas de soja e cana-de-açúcar ocupavam um total de 21,4 milhões de hectares nas dez unidades federativas que compõem o território do Cerrado, ocupando cerca de 14,2 e 7,2 milhões de hectares, respectivamente (IBGE, 2010a). Os impactos negativos decorrentes da mudança do uso da terra mostram que a expansão da fronteira agrícola no cerrado resultou em extenso desmatamento (IBAMA, 2009); deslocamento de produtores rurais e comunidades indígenas (Inocêncio 2010); compactação e erosão do solo (Klink e Machado, 2005), e contaminação dos recursos hídricos regionais, devido à utilização intensiva de pesticidas e fertilizantes químicos (Thenório, 2006). Brasil é o líder mundial de consumo de agrotóxicos e Mato Grosso é o maior produtor de soja do país em consumo de pesticidas, com 150 milhões de litros de agrotóxicos por ano (Revista Nova Ambiente, 2012; WWF, 2012).

Apesar do desmatamento contínuo e extensivo do Cerrado brasileiro, desde a década de 1970, a região tem recebido menos atenção do que a floresta amazônica (Pnub, 2009). Um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), publicado em 2009 trouxe renovada atenção ao bioma Cerrado, revelando que cerca de 48% da região já foi desmatada (IBAMA, 2009). A área desmatada - aproximadamente igual ao tamanho da Venezuela - é agora ocupada por pastagens e monoculturas (Pnub, 2009). Apenas 2,2 por cento da floresta remanescente no Cerrado está sob proteção legal (Klink e Machado, 2005)

Com a introdução do Prodecet, na década de oitenta, a industrialização da agricultura e sua expansão na região do Cerrado teve forte apoio do capital financeiro japonês, que provou ser inexorável em seu ímpeto. Como parte de projeto ambicioso, o governo brasileiro promulgou fortes políticas de colonização e programas de subsídios que estenderam oportunidades para um número relativamente pequeno de produtores que foram selecionados para participarem no Prodecet. O apoio para o projeto foi oferecido pelo Japão ao Brasil na forma de capital que financiou a pesquisa agrícola realizada pela EMBRAPA, criando tecnologias de ponta como sementes, fertilizantes, pesticidas e maquinaria disponíveis para as operações de produtores identificados sob a alçada do projeto (Inocêncio, 2010). Este projeto coaduna com hereditariedade brasileira do modelo de “plantation” ou produção monocultora em grande escala para exportação. Desde a década de 1970, este modelo foi estruturado em um complexo de sistemas (agricultura, pecuária, indústria, mercado, tecnologia e ideologia), recebendo o nome de agronegócio.

O Prodecet efetivamente começou a ser implementado em 1980 e evoluiu em três fases distintas. Começando em Minas Gerais⁹ (Prodecet I), o projeto foi expandido em 1987 para incorporar áreas de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia (Prodecet II). A partir de 1995, foi expandido

⁹ Ver a tese de doutorado de Pessoa, 1988. Estudo pioneiro sobre o Prodecet.

para Maranhão e Tocantins (Prodecer III) (Inocêncio 2010, p. 90). O Programa beneficiou efetivamente apenas 717 produtores que adquiriram um total de 345.000 hectares de terra em sete estados (Tabela 1). Esta expansão recebeu investimentos dos governos brasileiro e japonês e bancos privados, num total de 562.9 milhões de dólares.

Tabela 1: Projetos Prodecer por Estado, por área ocupada, produtores e investimentos envolvidos

Projetos(estados)	Area (ha)	Número de produtores	Investimentos US\$ milhões
PRODECER I (MG)	60,000	92	50
PRODECER II PILOTO (BA) (MT)	65,000	165	100
PRODECER II EXPANSÃO (MG) (GO) (MS)	140,000	380	275
PRODECER III (TO) (MA)	80,000	80	137.9
TOTAL	345,000	717	562.9

Fonte: (Inocêncio 2010, 96) dados adaptados pelos autores.

Como a Tabela 1 demonstra, entre 1980 e 1995, o Prodecer I e II transferiu 265.000 hectares para 637 agricultores/empresas. Segundo a Companhia de Promoção Agrícola - CAMPO - que foi criado em 1978 para dar apoio técnico e financeiro para o projeto, durante as duas primeiras fases do Prodecer, os beneficiários receberam lotes com média entre 350 e 410 hectares. Desde 1995, no entanto, o tamanho do lote médio atribuído mais do que duplicou. O Prodecer III envolveu a aquisição de 80 mil hectares para 80 produtores, com cada beneficiário ganhando direito a um lote médio de 1.000 hectares (Inocêncio, 2010).

Conforme Inocêncio (2010) afirma, o Prodecer é a expansão do “fazendas modelo” na região do Cerrado:

“A implantação das “fazendas modelos” atendia aos interesses expansionistas e concentracionistas da estrutura fundiária nacional. Foi o “modelo” de expulsão do trabalhador do campo e pequenos produtores, que por não disporem de capital suficiente para se adaptar ao modelo de modernização da agricultura, também foram obrigados a migrar para as cidades, engrossando as fileiras do subemprego ou mesmo do desemprego, ocasionando sérios problemas socioeconômicos. Um dos reflexos desse fato é a ampliação desordenada das favelas, que cobrem grandes áreas, principalmente nas regiões menos valorizadas das grandes cidades (Inocêncio, 2010, p. 94).

Ainda, estudos afirmam que, independentemente de onde tal modelo é implementado - no Cerrado, no Brasil, ou em Nampula, Moçambique - a produção mecanizada de soja e cana de açúcar, ou qualquer outra *commodity* agrícola não cria uma abundância de oportunidades de emprego diretos ou permanentes e, portanto, não oferecem trabalho suficiente para todas as pessoas que foram deslocadas pelas monoculturas. Agricultura camponesa em regiões tropicais gera 35 empregos para cada cem hectares. Em contraste, as plantações de óleo de palma e cana-de-açúcar gera apenas 10 empregos, produção de eucalipto 2, e a soja apenas meio posto de trabalho por cem hectares (Holt-Giménez, 2007). No Brasil, para cada novo trabalhador contratado por produção de soja, 11 trabalhadores agrícolas são deslocados (Altieri e Bravo, 2009). Aos produtores rurais que não foram expropriados de suas terras, restou a condição de subordinados, tornando-se produtores de soja para empresas como a Syngenta e a Bunge. Através deste processo, ocorreram mudanças drásticas no

papel do campesinato no Cerrado. Produtores que anteriormente cultivavam alimentos para consumo pessoal, regional e nacional, tornaram-se “produtores de commodities” para o agronegócio e os mercados de exportação (Inocêncio 2010, p. 48).

Como resultado de “parcerias” entre camponês - agronegócio promovidas pela Embrapa, o campesinato tem sido e continua a ser verticalmente “subordinado” ao modelo de produção capitalista, garantindo a continuação de parte campesinato como fornecedores de matérias-primas utilizadas pela indústria. Como autonomia camponesa está sendo minada, relações de dependência estão sendo construídas e reforçadas (Fernandes et al., 2010). Em um país onde 70% dos alimentos consumidos são produzidos por pequenos agricultores, plantando em apenas 30% da terra agrícola (INESC, 2008), a expropriação de terras dos camponeses pelo agronegócio ou a subordinação para que produzam commodities são, em última análise, uma política de prejuízo à soberania alimentar nacional.

Esta condição de subordinação do campesinato ao modelo hegemônico do agronegócio tem sua vertente no financiamento e na pesquisa agropecuária. Contrariamente às alegações generalizadas feitas pela Embrapa, a agricultura camponesa no Brasil recebem relativamente pouco apoio (Thomaz Jr., 2010; Silveira, 2012); a maior parte dos recursos alocados para a agricultura é para apoiar o agronegócio. Por exemplo, em 2008/2009, os pequenos proprietários receberam cerca de 13 bilhões de reais (\$US 6.35 billion) por meio de programas como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Em comparação, o agronegócio e os grandes proprietários receberam cerca de 65 bilhões de reais (\$US 31.9 billion) em financiamento e crédito para o mesmo período de tempo (Anton, 2011). Como Vicente Almeida, presidente da União Nacional de Pesquisa Agrícola, Desenvolvimento e Trabalhadores (SINPAF), apontou, apesar da declaração da Embrapa em investir em “soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da *sociedade brasileira*” em 2011, apenas 4 % dos recursos da Embrapa e de investigação centrou-se no setor da agricultura camponesa (Silveira, 2012).

O desmatamento do Cerrado continua a ocorrer com a expansão do agronegócio (Ver Tabela 2). Atualmente, a destruição das florestas acontece a um ritmo excepcionalmente rápido, entre 2002 e 2008 a vegetação da região foi reduzido em 7,5 %, ou 8.507.400 hectares (IBAMA, 2009). Neste período o Cerrado em Mato Grosso foi reduzido em 1.759.800 hectares. Depois de Mato Grosso, as áreas mais desmatadas estão no Maranhão e Tocantins (Prodecer III), no montante de 1.482.500 e 1.219.800 de hectares, respectivamente. O desmatamento no Cerrado como resultado da expansão do agronegócio também teve um impacto direto sobre os produtores rurais cujas vidas são dependentes da biodiversidade da região (Mendonça, 2009; Inocêncio, 2010). Se a atual taxa de desmatamento continuar, estima-se que o Cerrado irá desaparecer completamente até 2030 (Mendonça, 2009). Segundo a Embrapa, “no ecossistema dos Cerrados, mais de 50 milhões de hectares ainda virgens e aptos para a sua imediata incorporação ao processo produtivo da soja ...” (EMBRAPA, 2004).

Tabela 2 - Quantidade de Cerrado remanescente no PRODECER nos sete estados em 2008 e percentual da área total desmatada por Estado

Estados	Cerrado Original (ha)	Remanescente em 2008 (ha)	%
Maranhão	21,209,200	16,362,200	-33
Bahia	15,134,800	9,618,600	-34
Mato Grosso	35,883,700	20,513,000	-43
Minas Gerais	33,371,000	14,403,700	-57
Tocantins	25,279,900	18,607,100	-27
Mato Grosso do Sul	21,601,500	5,211,800	-76
Goiás	32,959,500	11,500,800	-65
TOTAL	185,439,600	96,217,200	-48

Fonte: (IBAMA 2009, 20- 21) dados organizados pelos autores

Ao priorizar predominantemente produtores de grande escala em vastas extensões de terras do Cerrado, o Prodecer tem desempenhado um papel significativo na criação de uma estrutura de propriedade da terra altamente concentrada na região (Inocêncio, 2010). Não é de surpreender que a concentração da propriedade da terra, nos estados onde os projetos Prodecer foram implementadas, está correlacionada com as terras pertencentes a estrangeiros no Brasil: 59,5% da área dominada por estrangeiros no país correspondem ao território do Prodecer ocupando 2.588.324 hectares (Sauer e Leite, 2012). Para além da demonstração de lucros e perdas do Prodecer, os resultados gerais estão aquém das proclamações otimistas da ideologia neoliberal. Pode-se muito bem ser perguntado se o ProSAVANA em Moçambique se sairá melhor.

Conclusão

Por trás do crescimento fenomenal na mídia de manchetes com a proclamação econômica da produção agrícola no PIB e capacidade produtiva crescente de agrocombustíveis, esconde-se a longa história profundamente marcada pela exploração, opressão, desapropriação e privação de direitos, em um sistema desigual com a propriedade da terra cada vez mais concentrada. A grilagem de terras no Brasil foi uma marca que registrou esta situação e que agora ganha novas configurações com o processo de estrangeirização de terras. Antigamente, a grilagem se utilizava da falsificação de documentos para controlar grandes áreas para a produção de commodities, expropriando camponeses e indígenas. Atualmente, a grilagem não necessariamente precisa se utilizar deste artifício, mas continua a se apropriar de grandes extensões de terras e expropriação das populações nativas ou migrantes. A marca da grilagem não se limita à falsificação, mas deve ser compreendida pela apropriação e expropriação territorial, que produz o modelo hegemônico do agronegócio. Isto está acontecendo no Brasil e em outros países da América Latina, África e Ásia. O Brasil sofre e promove a grilagem internacional com o recente interesse em adquirir terras agrícolas em Moçambique. Ele também expõe o paradoxo da postura do governo brasileiro em relação à prática de grilagem de terras. Durante a tentativa de restringir a aquisição de terras agrícolas por estrangeiros, em um contexto doméstico, em nome da proteção da “soberania nacional” e “segurança alimentar”, o governo brasileiro está promovendo simultaneamente a grilagem de terras, através do agronegócio em Moçambique como um meio para atingir sua segurança alimentar e, portanto, a soberania nacional.

Através do ProSAVANA, o Brasil está tentando exportar para Moçambique o modelo de desenvolvimento do agronegócio que falhou profundamente em termos de fornecimento de alimentos para a segurança alimentar e desenvolvimento sustentável no Brasil. Mais de 65 milhões de brasileiros enfrentam atualmente insegurança alimentar, cerca de um terço de toda a população

(IBGE, 2010b), o país tem milhões de sem-terra, muitos dos quais participam em movimentos de luta a nível nacional para o acesso à terra para produzir alimentos e ganhar um meio de vida (Wittman, 2005; Fernandes, 2011). Dois terços de todos os alimentos consumidos pelos brasileiros é atualmente produzido por camponeses que, ironicamente, são as mesmas pessoas que foram, e continuam a ser deslocados pelo agronegócio e as monoculturas para exportação. A experiência mostra que os benefícios do modelo do Brasil do capitalismo agrário têm sido relativamente poucos, enquanto os impactos sobre a biodiversidade do país e as florestas têm sido devastadoras.

A assistência externa, como o sociólogo moçambicano, Orlando Nipassa, descreve com precisão “só terá serventia para o desenvolvimento da sociedade moçambicana se ajudar o Estado na criação dum quadro que permita aos moçambicanos afirmar a sua autonomia individual no processo de emancipação social, política e económica”(2009, não paginada). Com esta perspectiva, é imperativo perguntar: “quem assume os riscos associados às grandes aquisições de terras agrícolas e a territorialização do agronegócio estrangeiro em Moçambique” “Quem fica com os benefícios” Dado que ProSAVANA está atualmente finalizando a fase de execução efectiva e logo terá transferências de terras para o agronegócio brasileiro no Corredor de Nacala. Na continuação desta pesquisa, vamos acompanhar esta realidade por meio de trabalhos de campo, a fim de dar respostas empíricas para essas questões essenciais que dizem respeito ao agronegócio brasileiro em Moçambique.

Levando em conta os bem documentados estudos dos impactos territoriais do Prodecer, das monoculturas de expansão da soja e da cana no bioma Cerrado e suas populações – afinal o campo não é só para produzir commodities, como quer o agronegócio – procuraremos contribuir com a compreensão para que as possíveis implicações associadas ao projeto ProSAVANA se tornem mais aparentes. Um maior conhecimento da realidade da “experiência brasileira” em Moçambique permite uma melhor avaliação crítica do ProSAVANA. As lições aprendidas pelo Brasil através do seu processo contraditório e assimétrico de desenvolvimento territorial rural e expansão agrícola ao longo de quatro décadas oferecem uma referência para Moçambique, uma vez que trabalha em direção à sua meta de expansão e intensificação agrícola. O Brasil pode contribuir com outros caminhos para Moçambique desenvolver a sua capacidade agrícola e aliviar os problemas da pobreza e da fome. A experiência do Brasil também ilumina outros caminhos que são melhores e não podem ser abandonados.

Bibliografia

- AGU – Advogado-Geral da União. 2010. *Parecer n° LA-01*. Brasília, 19 August. Available from: http://www.agu.gov.br/sistemas/site/PaginasInternas/NormasInternas/AtoDetalhado.aspx?idAto=258351&ID_SITE [accessed 28 August, 2012].
- AIM – Agência de Informação Mozambique. 2011. Pro-savana inicia fase experimental das sementes em 2012. *Agência de Informação Mozambique*. 21 October. Available from: <http://www.verdade.co.mz/economia/22827-pro-savana-inicia-fase-experimental-das-sementes-em-2012> [accessed 27 July, 2012].
- AIM. 2012. Brasil vai abrir linha de crédito no valor de 100 milhões de dólares para a agricultura. *Agência de Informação Mozambique*. 18 April. Available from: <http://www.verdade.co.mz/economia/26600-brasil-vai-abrir-linha-de-credito-no-valor-de-100-milhoes-de-dolares-para-a-agricultura> [accessed 27 July, 2012].
- Altieri, Miguel A. & Bravo, Elizabeth. 2009. The ecological and social tragedy of crop-based biofuel production in the Americas. In: Richard Jonasse. (Ed.) *Agrofuels in the Americas*. Food First Books, Oakland: CA, 15-24.
- Alves, Vicente Eudes Lemos. 2011. A questão agrária brasileira e moçambicana: semelhanças e diferenciações. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 29 - Especial, 57 – 74
- Anton, Sarah. 2011. *From food security to food sovereignty: the Fome Zero Food Acquisition Program in the Pontal do Paranapanema, Brazil*. Thesis (Masters of Latin American Studies) – Simon Fraser University, Latin American Studies Program, Burnaby, Canada.
- Bancada do PT. 2012. *Declaração de voto da Bancada do PT*. PT na Câmara. 13 July, 2012. Available from: http://www.ptnacamara.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=11743:declaracao-de-voto-da-bancada-do-pt-&catid=1:latest-news&Itemid=108 [accessed 28 August, 2012].
- Banco Mundial. 2011. *Bridging the Atlantic: Brazil and Sub-Saharan Africa: South-South partnering for growth*. Washington: BIRD. Available from: <http://siteresources.worldbank.org/AFRICAEXT/Resources/africa-brazil-bridging-final.pdf> [accessed 18 August, 2012]
- Barbosa, Juliana. Brazil: Senate loosens Amazon protections. *Associated Press*. 7 December. Available from: <http://news.yahoo.com/brazil-senate-loosens-amazon-protections-022906538.html> [accessed 10 April, 2012].
- Batista, Fabiana. 2012. SLC quer triplicar de tamanho até 2020. *Valor Econômico*. 9 February. Available from: <http://www.valor.com.br/empresas/2523758/slc-quer-triplicar-de-tamanho-ate-2020> [accessed 28 July, 2012]
- Batistella, Mateus & Bolfe, Edson Luis. (Eds). 2010. *Paralelos: Corredor de Nacala. Campinas, SP: Embrapa Monitoramento por Satélite*. Available online from: <http://www.cnpm.embrapa.br/projetos/mocambique/conteudo/publicacoes.html> [accessed 28 March, 2012].
- Borras Jr., Saturnino M., Fig, David, Suárez, Sofia Monsalve. 2011. The politics of agrofuels and mega-land and water deals: insights from the ProCana case, Mozambique. *Review of African Political Economy*. 38(128), 215–234.
- Bradford, Sue & Rocha, Jan. 2002. *Cutting the wire: the story of the landless movement in Brazil*. London, Latin America Bureau.
- Carmo, Marcia. 2012. Brasileiros terão que provar que terras no Paraguai são legais, diz ministro. *BBC Brasil*. 13 February. Available from: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/02/120210_terras_paraguai_mc.shtml [accessed 17 July, 2012].

- Cau, Hilario Simões. 2011. A construção do estado em Moçambique e as relações com o Brasil. Dissertation (Doctorate in Political Science) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.
- Centro Terra Viva. 2012. *1º Relatório de Monitoria da Boa Governança Ambiental e dos Recursos Naturais em Moçambique*. Maputo: Centro Terra Viva – Estudos e Advocacia Ambiental.
- Chiara, Marcia de. 2011. Preço da terra bate recorde no Brasil. *O Estado de São Paulo*. 6 February, B1.
- Chissano, Joaquim Alberto. 2004. *Cooperação África e Brasil no âmbito da nova parceria para o desenvolvimento da África (NEPAD): aula magna UFRGS 2004*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. 2012. *2º Levantamento de Cana-de-Açúcar - Agosto/2012*. Available from: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_09_05_09_11_59_boletim_cana_portugues_-_agosto_2012_2o_lev.pdf [accessed 5 November, 2012]
- DATALUTA [Banco de Dados da Luta pela Terra] (2012). *Brasil: Relatório DATALUTA 2011*. Presidente Prudente, SP: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, FCT/ UNESP (NERA). http://docs.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_2011.pdf, accessed 10 August 2012.
- Deininger, Klaus, Byerlee, Derek, with Lindsay, Jonathan, Norton, Andrew, Selod, Harris, & Stickler, Mercedes. 2011. *Rising global interest in farmland: can it yield sustainable and equitable benefits?* Washington, DC: The World Bank.
- Embrapa. 2012. Brasileiros e moçambicanos debatem desenvolvimento agropecuário em Moçambique. *Embrapa*, 13 April. Available from: <http://www.embrapa.br/imprensa/noticias/2012/abril/2a-semana/brasileiros-e-mocambicanos-debatem-desenvolvimento-agropecuario-em-mocambique/?searchterm=ProSAVANA> [accessed 19 July, 2012].
- Embrapa. 2004. Soja no Brasil. Tecnologias de Produção de Soja Região Central do Brasil 2004. Embrapa Soja, Sistema de Produção, No 1. <http://www.cnpso.embrapa.br/producao soja/>
- Exman, Fernando. 2012. Moçambique é um ‘campo fértil’ para empresários, diz primeiro ministro. *Valor Econômico*. 17 April. Available from: <http://www.valor.com.br/brasil/262004/mocambique-e-um-campo-fertil-para-empresarios-diz-primeiro-ministro> [accessed 18 July, 2012].
- Fausto, Boris. 1999. *A concise history of Brazil*. Translated by Arthur Brakel. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fernandes, Bernardo Mançano. 2011. Geopolítica da questão agrária mundial. In: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, & Isolete Wichinieski (Eds.). *Cadernos Conflitos no Campo Brasil 2010*. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra (CPT).
- Fernandes, Bernardo Mançano, Welch, Clifford Andrew., & Gonçalves, Elienai Constantino. 2010. Agrofuel policies in Brazil: paradigmatic and territorial disputes. *Journal of Peasant Studies*, 37(4), 793-819
- Fernandes, Bernardo. Mançano. 2000. *A Formação do MST no Brasil*. Petropolis: Editora Vozes.
- FIAN International. 2010. Land grabbing in Kenya and Mozambique: a report on two research missions – and a human rights analysis of land grabbing. Heidelberg, Germany: FIAN International Secretariat.
- Franco, Luciana. 2012. Brasil cria fundo para investimento agrícola na África. *Revista Globo Rural Online*, 4 July. Available from: <http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI311818-18078,00-BRASIL+CRIA+FUNDO+PARA+INVESTIMENTO+AGRICOLA+NA+AFRICA.html> [accessed 27 July, 2012].
- Galeano, Luis A. 2010. *Las dinámicas en el mercado de la tierra en América Latina. el caso de Paraguay*. Asunción: Informe Preliminar.

- Geiver, Luke & Jesson, Holly. (Eds). 2010. International Ethanol Report: 2010. *Ethanol Producer Magazine*. July 2010. Available From: http://www.ethanolproducer.com/article.jsp?article_id=6696&q=& page=3 [accessed 15 November, 2010].
- Glaser, Marcos. 2009. *Extranjerización del territorio paraguayo*. Asunción: Base IS.
- Góes, Francisco. 2012. Brasil quer replicar com outros países da África modelo de comércio com Angola. *Valor Econômico*, 2 May. Available from: <http://www.valor.com.br/brasil/2640008/brasil-quer-replicar-com-outros-paises-da-africa-modelo-de-comercio-com-angola> [accessed 27 August, 2012].
- Hackbart, Rolf. 2008. *Aquisição de imóveis rurais por estrangeiros*. Brasília: INCRA. Available from: http://www.senado.gov.br/comissoes/CRA/AP/AP20080305_Rolf_Hackbart.pdf [accessed 12 April, 2012]
- Hanlon, Joseph. (Org.). 2012. Protests against Vale coal mine relocations. *MOZAMBIQUE 193 - News reports & clippings*. 31 January. Available from: <http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/p7.shtml> [accessed 17 June, 2012].
- Holt-Giménez, Eric. 2007. Biofuels: myths of the agro-fuels transition. *Food First Backgrounder*, 13(2). Available from: <http://www.foodfirst.org/node/1711> [Accessed 29 September, 2010].
- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. 2009. *Relatório técnico de monitoramento de desmatamento no bioma cerrado, 2002 a 2008: dados revisados*. Centro de Sensoriamento Remoto – CRS/IBAMA, Novembro de 2009. Available from: http://siscom.ibama.gov.br/monitorabiomas/cerrado/Relatorio%20tecnico_Monitoramento%20Desmate_Bioma%20Cerrado_CSR_REV.pdf [accessed 7 April, 2012].
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática. 2010a. Produção Agrícola Municipal. Available from: <http://www.sidra.ibge.gov.br/> [accessed 10 August, 2010].
- IBGE. 2010b. PNAD - Segurança Alimentar 2004/2009: Insegurança alimentar diminui, mas ainda atinge 30,2% dos domicílios brasileiros. *Comunicação Social*, 26 November. Available from: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=1763 [accessed March 20, 2010]
- INESC—Instituto de Estudos Socioeconômicos. 2008. O MST Chega À Encruzilhada. *Carta Capital*. August 2008. Available from: <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2008/agosto/o-mst-chega-a-encruzilhada> [accessed 17 June, 2010]
- Inman, Phillip. 2012. Brazil's economy overtakes UK to become world's sixth largest. *The Guardian*. 6 March. Available from: <http://www.guardian.co.uk/business/2012/mar/06/brazil-economy-worlds-sixth-largest> [accessed 12 April, 2012]
- Inocêncio, Maria. Erlan. 2010. *As tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado: o Prodecer*. Dissertation (Doctorate in Geography) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio Ambientais, Curso de Geografia, Goiás
- Justiça Ambiental & UNAC – União Nacional de Camponeses. 2009. *Jatropha! A socio-economic pitfall for Mozambique*. Maputo, Mozambique.
- Justiça Ambiental & UNAC. (2011). Os senhores da terra: análise preliminar do fenómeno de usurpação de terras em Moçambique. Maputo, Mozambique.
- Klink, Carlos A. & Machado, Ricardo B. 2005. A conservação do Cerrado brasileiro. *Megadiversidade*, 1(1), 147-154.
- Leite, José Ferrari. *A ocupação do Pontal do Paranapanema*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- Mello, Patrícia Campos. 2011. Moçambique oferece ao Brasil área de três Sergipes. *Folha de São Paulo*. 14 August. Available from: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2011/08/14/2/> [accessed 10 March, 2012].

- Mendonça, Maria Luisa. 2009. The environmental and social consequences of ‘green capitalism’ in Brazil. In: Richard Jonasse (Ed.). *Agrofuels in the Americas*. Oakland: CA, Food First Books, 65 - 75.
- Mocumbe, Sostino. 2009. IIAM foi palco da assinatura do Acordo Triangular para o Desenvolvimento da Agricultura das Savanas Tropicais em Moçambique. *Boletim do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique* (IIAM). Edição Trimestral Julho – Outubro de 2009, (12), Ministério da Agricultura, 4-5.
- Monteiro, Tânia. 2010. Lula aprova anúncio da Vale de doação a Moambique. *Agência Estado*. 10 November. Available from: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,lula-aprova-anuncio-da-vale-de-doacao-a-mocambique,638008,0.htm> [accessed 18 August, 2012]
- Montes, Marcos. 2012. *Voto em separado*. Subcomissão destinada a, no prazo de 180 dias, analisar e propor medidas sobre o processo de aquisição de áreas rurais e suas utilizações, no Brasil, por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras – Subestra. Available from: <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/capadr/subcomissoes/subestra-voto-em-separado-2-dep-marcos-montes> [accessed 28 August, 2012].
- Mozambique News Agency. 2012. GVF to launch Nacala Corridor Fund. *Mozambique News Agency – AIM Reports*. Report no. 447. 4 July. Available from: <http://www.poptel.org.uk/mozambique-news/> [accessed 25 July, 2012].
- Mosca, João & Selemene, Tomás. 2011. *El dorado Tete: os mega projectos de mineração*. Centro de Integridade Pública, Maputo, November 2011.
- MRE – Ministerio das Relações Exteriores do Brasil. 2012. Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro de Moçambique, Aires Bonifácio Baptista Ali – 13 a 18 de abril 2012. Press Release, n. 103, 16 April. Available from: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/visita-ao-brasil-do-primeiro-ministro-de-mocambique-aires-bonifacio-baptista-ali-2013-13-a-18-de-abril-de-2012/pint-nota> [accessed 20 August, 2012].
- MRE – Ministerio das Relações Exteriores do Moçambique /DPR – Departamento de Promoção Comercial e Investimentos do Moçambique. 2012. *Dados Básicos e Principais Indicadores Económico-Comerciais: Moçambique*. MRE-DPR, Junho/2012. Available from: <http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDMocambique.pdf> [accessed 15 July, 2012]
- Nhantumbo, Isilda. and Alda. Salomão. 2010. *Biofuels, land access and rural livelihoods in Mozambique*. London: IIED.
- Nipassa, Orlando. 2009. *Ajuda externa e desenvolvimento em Moçambique: um perspectiva crítica*. Conference Paper N°36. II Conferência IESE “Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica em Moçambique.” Maputo 22 a 23 de Abril de 2009: Instituto de Estudos Sociais e Económicos.
- Nombora, Dionísio. 2012. Avanços e estagnações da transarência na indústria extractiva em Moçambique. Centro de Integridade Pública, Maputo, April 2012.
- Notícias. 2011. NAMPULA - Ninguém vai perder terra com vinda de brasileiros - Felismino Tocoli Tranquiliza. *Notícias*. 9 September. Available from: http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2011/09/nampula-ningu%C3%A9m-vai-perder-terra-com-vinda-de-brasileiros-felismino-tocoli-tranquiliza.html?asset_id=6a00d83451e35069e201543543a06d970c [accessed 29 July, 2012]
- Notícias. 2012. PROSAVANA: Missão conjunta satisfeita com potencial para sucesso. *Notícias*. 21 April. Available from: http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2012/04/ProSAVANA-miss%C3%A3o-conjunta-satisfeita-com-potencial-para-sucesso.html [accessed 29 July, 2012].

- Oakland Institute. 2011. (by Joseph Hanlon, with Frederic Mousseu and Anuradha Mittal). *Understanding land deals in Africa: Country report: Mozambique*. Oakland, CA: The Oakland Institute.
- Odilla, Fernanda. 2010. Estrangeiros compram 22 campos de futebol por hora. *A Folha de São Paulo*, 2 November. Available from: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0211201002.htm> [accessed 28 July, 2012]
- Oliveira, Ariovaldo Umbelino de. 2001. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estudos Avançados*, 15(43), 185-206.
- Oliveira, Ariovaldo Umbelino de. 2010. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil – um retorno aos dossiês. *AGRÁRIA*, São Paulo, 12, 3-113.
- Oliveira, Henrique Altemani de. 1988. *Política externa brasileira e relações Brasil-África*. Dissertation (Doctorate in Sociology) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- O País. 2012. Empresários de Moçambique, Brasil e Japão reúnem-se em Maputo. *O País*, 17 April. Available from: <http://www.opais.co.mz/index.php/economia/38-economia/19867-empresarios-de-mocambique-brasil-e-japao-reunem-se-em-maputo.html> [accessed 28 July, 2012].
- Penha, Eli Alves. 2011. *Relações Brasil-África e geopolítica do atlântica sul*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia.
- Pessôa, André. 2011. Há escassez de áreas no mundo para a expansão da produção. 23 August. Available from: <http://www.unica.com.br/convidados/1892229192036406485/ha-escassez-de-areas-no-mundo-para-a-expansao-da-producao/> [accessed 28 July, 2012].
- Pessoa, Vera Lúcia Salazar. 1988. *Ações do Estado e as transformações agrárias no Cerrado das Zonas de Paracatu e Alto Paranaíba – MG*. (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia – Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, campus de Rio Claro.
- PNUD Brasil – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2009. Brasil já perdeu uma Venezuela em Cerrado. Brasília, 14 September. Available from: <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=2199> [accessed 28 August, 2012].
- Pretto, José Miguel. 2009. *Imóveis rurais sob propriedade de estrangeiros no Brasil* (project of technical cooperation PCT IICA/NEAD). Brasília:NEAD (unpublished).
- Rangel, Adriano. 2011. Brazil: Mozambique cedes land to Brazilian Agribusiness. *Global Voices Online*. 30 August. Available from: <http://globalvoicesonline.org/2011/08/30/brazil-mozambique-agribusiness/> [accessed 12 March, 2012].
- Republic of Mozambique. 2009. *Estratégia para Reflorestamento*. Ministério da Agricultura e Direcção Nacional de Terras e Florestas, Maputo, July 2009.
- Revista Novo Ambiente. 2012. Agricultura – Agróxicos. Available from: <http://www.revistanovoambiente.com.br/revista/materias.php?id=316&nac=19> [accessed July 25, 2012].
- Rodrigues, José Honório. 1982. *Brasil e África: outro horizonte*. 3.^a edição ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Saraiva, Alessandra. 2012. Petrobras confirma projeto de produção de etanol em Moçambique. *Valor Econômico*, 3 May. Available from: <http://www.valor.com.br/empresas/2643566/petrobras-confirma-projetode-producao-de-etanol-em-mocambique> [accessed 28 July, 2012].
- Saraiva, José Flávio Sombra. 1994. Do silêncio à afirmação: as relações do Brasil com a África. In: Amado Luiz Cervo, et al. (Ed). *O desafio internacional*. Brasília: Editora da UNB, pp. 263 – 331.
- Saraiva, José Flávio Sombra. 1996. *O lugar da África*. Brasília: Editora da UNB.
- Saraiva, José Flávio Sombra. 2012. *África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço.

- Sauer, Sérgio & Leite, Sérgio Pereira. 2012. Agrarian structure, foreign investment in land, and land prices in Brazil, *Journal of Peasant Studies*, 39(3-4), 873-898
- Selcher, Wayne. A. 1984. Dilemas políticos nas relações Brasil-África: comentário sobre alguns obstáculos políticos nas relações Sul-Sul. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 10, 55-72.
- Silveira, Daniele. 2012. Embrapa investe 4% do orçamento em agricultura familiar. *Radioagência NP*, 29 August. Available from: <http://www.radioagencianp.com.br/11039-embrapa-investe-4-por-cento-do-orcamento-em-agricultura-familiar> [accessed 4 September, 2012].
- Souza, Marcos de Moura e. 2012. Controladores do BMG investem em eólica. *Valor Econômico*. 17 July. Available from: <http://www.valor.com.br/empresas/2753802/controladores-do-bmg-investem-em-eolica> [accessed 28 July, 2012].
- Thenório, Iberê. 2006. Ser 'celeiro do Brasil' devasta o Cerrado. *Repórter Brasil*, 15 August. Available from: <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=688> [accessed 18 April, 2012].
- Thomaz Jr., Antonio. 2010. Agronegócio alcoolizado e culturas em expansão no pantanal do Paranapanema! Legitimação das terras devolutas/improdutivas e neutralização dos movimentos sociais. Available from: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/GeografiadoBrasil/AgronegocioAlcoolizado.pdf>. [accessed 28 July, 2010].
- Turzi, Mariano. 2011. The Soybean Republic. *Yale Journal of International Affairs*. Spring-Summer, 59-67. Available from: <http://www.ucema.edu.ar/conferencias/download/2011/10.14CP.pdf> [accessed 8 August, 2012].
- União Nacional de Camponeses – UNAC. 2012. Pronunciamento da UNAC sobre o Programa ProSAVANA. Nampula, 11 October, 2012. Available from: farmlandgrab.org/post/view/21205 [accessed 21 October, 2012].
- Vaz, Lucio. 2010. Parecer determina maior controle sobre aquisições de terras por estrangeiros. *Correio Braziliense*. 24 August. Available from: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2010/08/24/interna_brasil,209485/index.shtml
- Valor Econômico. 2012. Novo fundo de US\$ 2 bi visa aportes na África. *Valor Econômico*. 5 July. Available from: <http://www.valor.com.br/empresas/2739126/novo-fundo-de-us-2-bi-visa-aportes-na-africa> [accessed 30 July, 2012].
- Welch, Cliff. 2006. Globalization and the transformation of work in rural Brazil: agribusiness, rural labor unions, and peasant mobilization. *International Labor and Working-Class History*, 70, 35-60.
- Wittman, Hannah. 2005. Agrarian Reform and the Production of Locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil. *Revista NERA—ANO 8(7)*, 94-111.
- WWF. 2012. Contaminação da água - Aumenta quantidade de agrotóxicos. Available from: http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/reducao_de_impactos2/agricultura/agr_soja/agr_soja_problemas/gr_soja_problemas_contamina/ [accessed 15 August, 2012]

Números publicados

Números publicadosNº	Título	Autor(es)	Data
1	Porque é que a produção alimentar não é prioritária?	João Mosca	Set.º de 1012
2	Balança Comercial Agrícola. Para uma estratégia de substituição de importações?	João Mosca e Natacha Bruna	Nov.º de 2012
3	Preços e mercados de produtos agrícolas alimentares.	João Mosca e Máriam Abbas	Jan.º de 2013
4	Algumas dinâmicas estruturais do sector agrário.	João Mosca, Vitor Matavel e Yasser Arafat Dada	Março de 2013
5	Contributo para o estudo dos determinantes da produção agrícola	João Mosca e Yasser Arafat Dada	Abril de 2013

Como publicar

- Os autores deverão endereçar as propostas de textos para publicação em formato digital para o e-mail do OMR (office@omrmz.org) que responderá com um e-mail de aviso de recepção da proposta.
- Não existe por parte do Observatório do Meio Rural qualquer responsabilidade em publicar os trabalhos recebidos.
- Após o envio, os autores proponentes receberão informação por e-mail, num prazo de 90 dias, sobre a aceitação do trabalho para publicação.
- O autor tem o direito a 10 exemplares do número do *OBSERVADOR RURAL* que contiver o artigo por ele escrito.

Regras de publicação:

- Apresentação da proposta de um tema que se enquadre no objecto de trabalho do OMR.
- Aprovação pelo Conselho Técnico.
- Submissão a uma revisão redactorial num prazo de sessenta dias, a partir da entrega da proposta de artigo pelo autor.
- Informação aos autores por parte do OMR acerca da decisão da publicação, por *e-mail*, com solicitação de aviso de recepção, num prazo de 90 dias após a apresentação da proposta.
- Caso exista um parecer negativo de um ou mais revisores, o autor tem a oportunidade de voltar uma vez mais a propor a edição do texto, desde que introduzidas as alterações e observações sugeridas pelo(s) revisore(s).
- Uma segunda proposta do mesmo texto para edição procede-se nos mesmos moldes e prazos.
- Um segundo parecer negativo tem carácter definitivo.
- O proponente do texto para publicação não tem acesso aos nomes dos revisores e estes receberão os textos para revisão sem indicação dos nomes dos autores.
- A responsabilidade de publicação é da Direcção do Observatório do Meio Rural sob proposta do Conselho Técnico, independentemente dos pareceres dos revisores.
- O texto não pode ter até 40 páginas em letra 11, espaço simples entre linhas, e margens 3 cm e toda a página (cima, baixo lado e esquerdo e direito).
- A formatação do texto para publicação é da responsabilidade do OMR.



O OMR é uma Associação da sociedade civil que tem por objectivo geral contribuir para o desenvolvimento agrário e rural numa perspectiva integrada e interdisciplinar, através de investigação, estudos e debates acerca das políticas e outras temáticas agrárias e de desenvolvimento rural.

O OMR centra as suas acções na prossecução dos seguintes objectivos específicos:

- Promover e realizar estudos e pesquisas sobre políticas e outras temáticas relativas ao desenvolvimento rural;
- Divulgar resultados de pesquisas e reflexões;
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, seja através de comunicados de imprensa como pela publicação de textos;
- Constituir uma base de dados bibliográfica actualizada, em forma digitalizada;
- Estabelecer relações com instituições nacionais e internacionais de pesquisa para intercâmbio de informação e parcerias em trabalhos específicos de investigação sobre temáticas agrárias e de desenvolvimento rural em Moçambique;
- Desenvolver parcerias com instituições de ensino superior para envolvimento de estudantes em pesquisas de acordo com os temas de análise e discussão agendados;
- Criar condições para a edição dos textos apresentados para análise e debate do OMR.

Patrocinadores:



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra



Universidade Politécnica
A POLITÉCNICA

Av. Paulo Samuel Kankhomba, nº 1011.
Maputo – Moçambique